



13  
090

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0136677-6/01

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Vinícius Érico Alves Acioli

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

R  
5526

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. Encontra-se expressamente consignada na decisão embargada a possibilidade de erigir fatores de avaliação em concursos públicos, desde que guardada a devida razoabilidade com a natureza do cargo em certame. 2. A lide foi resolvida mediante fundamento suficiente, sendo desnecessária a manifestação judicial acerca de todos os aspectos argumentados pelas partes, tal como assente na jurisprudência (STJ: EDcl no REsp 856315/SC). 3. É patente, no sistema constitucional pátrio, a possibilidade de análise, pelo Judiciário, da legalidade dos atos relativos a concursos públicos, inexistindo ofensa à discricionariedade administrativa ou violação ao art. 2º da CF. 4. Aclaratórios conhecidos para o fim de prequestionamento e improvidos, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 0136677-6/01, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 4 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

091

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0136677-6/01

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Vinicius Êrico Alves Acioli

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos em face de acórdão que negou provimento ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, nos autos da apelação cível nº 0136677-6.

Pugna o embargante pelo prequestionamento explícito das normas que indica, fundando seu pleito nas Súmulas 282 e 356 do STF.

O acórdão embargado restou assim ementado:

**“EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMPE/BMPE/2003. EXAME DE SAÚDE. 1. Afastada a preliminar de inadequação da via eleita, nos termos do parecer do Parquet com atuação neste segundo grau de jurisdição: "(...) verifica-se que a inicial veio instruída com elementos probatórios suficientes para a apreciação do mandamus e tem como objeto da controvérsia a legalidade do item 02, do anexo único da Portaria nº 044/94 do Comando Geral da Polícia Militar." (fls. 192). 2. O entendimento jurisprudencial é no sentido de que não fere o princípio da isonomia erigir fatores de avaliação em concursos públicos, desde que guardada a devida razoabilidade com a natureza do cargo em certame. 3. No presente caso, todavia, a questão não se encontra simplesmente na esfera da possibilidade, em tese, de estabelecimento de tais fatores avaliatórios, eis que a certidão de fls. 36 não indica por que causa oftalmológica se concluiu pela inaptidão do apelado. 4. Os motivos ensejadores da inaptidão não restaram de nenhum esclarecidos pela administração, posto não se encontrarem consignados nem nas informações prestadas pela autoridade coatora (fls. 80/85) nem nas razões do presente apelo. 5. Nesse contexto, apesar de legítimo, em tese, eleger a higidez oftalmológica como pressuposto para o exercício da função policial militar, a ausência de motivação implica, no caso dos autos, em vulneração ao princípio do devido processo legal, com as garantias ao contraditório e à ampla defesa. 6. Reexame necessário a que se nega provimento, prejudicado o apelo voluntário.”

Os dispositivos que o embargante objetiva prequestionar são os seguintes: (i) art. 37, *caput*, I e II da CR, no que se referem, respectivamente, ao princípio da impessoalidade, à fixação, por lei, dos requisitos de investidura em cargos públicos e à necessidade de aprovação prévia em concurso público para investidura em cargo público; (ii) art. 142, § 3º, X da CR, aplicável aos militares estaduais por força do art. 42, §1º da CF; (iii) art. 2º da CF, eis que vedado ao Judiciário adentrar na análise do mérito administrativo sob pena de violação ao



15  
1  
092

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

princípio da independência harmônica dos Poderes; (iv) art. 84, II e VI, no que respeita à prerrogativa do Executivo de organizar a administração pública.

É o essencial a relatar.

A decisão embargada consignou a possibilidade de se erigir fatores de avaliação em concursos públicos, desde que guardada a devida razoabilidade com o cargo a ser provido.

O acórdão consigna, como visto:

*"No presente caso, todavia, a questão não se encontra simplesmente na esfera da possibilidade, em tese, de estabelecimento de tais fatores avaliatórios, eis que a certidão de fls. 36 não indica por que causa oftalmológica se concluiu pela inaptidão do apelado. 4. Os motivos ensejadores da inaptidão não restaram de nenhum esclarecidos pela administração, posto não se encontrarem consignados nem nas informações prestadas pela autoridade coatora (fls. 80/85) nem nas razões do presente apelo. 5. Nesse contexto, apesar de legítimo, em tese, eleger a higidez oftalmológica como pressuposto para o exercício da função policial militar, a ausência de motivação implica, no caso dos autos, em vulneração ao princípio do devido processo legal, com as garantias ao contraditório e à ampla defesa.*

Assim, a lide foi resolvida mediante fundamento suficiente, qual seja a ausência de motivação do ato que excluiu o candidato.

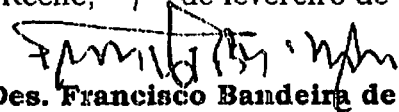
Ademais, é assente na jurisprudência ser desnecessária a manifestação ou contra-argumentação de todos os aspectos aduzidos pelas partes: "2. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão." (STJ: EDcl no REsp 856315/SC).

Registro, no mais, ser patente no sistema constitucional pátrio, a possibilidade de análise, pelo Judiciário, da legalidade dos atos relativos a concursos públicos, inexistindo ofensa à discricionariedade administrativa ou violação ao art. 2º da CF.

Nesses termos, conheço dos presentes embargos para o fim de prequestionamento, porém nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 7 de fevereiro de 2010

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator